

IA na advocacia

guia estratégico para escritórios que querem fazer mais com menos

Vilmar Bressan · Consultor em IA Aplicada e Gestão de Processos

Sobre este guia

Este não é um manual técnico. Não vai te ensinar a programar nem a configurar um servidor de IA.

É um guia estratégico para o sócio ou gestor de escritório que precisa tomar uma decisão: quando, onde e como adotar inteligência artificial sem comprometer a qualidade do trabalho, o sigilo dos clientes e a reputação do escritório.

O objetivo é simples: ao terminar de ler, você vai saber exatamente quais perguntas fazer, quais armadilhas evitar e por onde começar.

O que fazer com esse mapa é uma conversa que vale uma hora de diagnóstico.

Prefácio

Passei mais de vinte anos em finanças corporativas e governança em empresas do setor de energia. Tesouraria, implantação de ERP, reestruturação de áreas reguladas, conselhos fiscais. Em cada empresa que entrei, vi o mesmo padrão: gestores brilhantes sobrecarregados com trabalho operacional que não precisava de julgamento humano, mas que consumia o tempo de quem tinha julgamento para oferecer.

Quando a inteligência artificial começou a amadurecer o suficiente para ser aplicada em ambientes profissionais reais, a primeira pergunta que fiz foi a mesma que qualquer gestor responsável deveria fazer: *onde isso cabe sem criar risco?*

A advocacia foi uma das respostas mais claras. Volume documental alto, tarefas repetitivas de triagem, pesquisa que consome horas, prazos que não perdoam erros. E ao mesmo tempo: sigilo, responsabilidade regulatória, ética profissional. Um ambiente que exige cuidado antes de qualquer implementação.

Este guia é o resultado de ter construído soluções de automação para o setor jurídico, estudado os casos onde funcionou e onde falhou, e traduzido isso numa linguagem que um advogado gestor consegue usar para tomar decisão.

Não sou advogado. Sou o profissional que constrói a ferramenta que você vai usar e que, antes de construir, pergunta como você realmente trabalha.

Vilmar Bressan

Consultor em IA Aplicada e Gestão de Processos

inteligenciaparacrescer.com

Parte 1: o cenário

Capítulo 1: o escritório do futuro já chegou. A maioria ainda não percebeu.

Uma pesquisa conjunta da OAB-SP com Trybe, Jusbrasil e ITS Rio, divulgada em fevereiro de 2025 com 1.500 respondentes, revelou que **55,1% dos advogados brasileiros já utilizam IA generativa em suas rotinas diárias**. O estudo do Análise Advocacia 2026 aponta na mesma direção: **47% adotaram alguma solução de IA**. Vale a ressalva de amostra, porque ela muda a leitura: esse levantamento ouviu 723 escritórios da lista “Mais Admirados”, ou seja, a elite do mercado, e não o escritório brasileiro médio.

Não é futuro. É o que está acontecendo agora, no Brasil, no mercado em que você compete.

Os resultados são documentados. Uma pesquisa com mais de 40 escritórios e departamentos jurídicos brasileiros, realizada pela Preâmbulo Tech e divulgada em março de 2026, registrou: - **65,9%** usam IA para elaboração de peças processuais - **59,1%** usam para revisão e organização de documentos

Internacionalmente, o quadro é ainda mais acelerado. Um estudo da Everlaw, com campo em 2025, mostra que advogados que usam IA com frequência economizam cerca de **32,5 dias úteis por ano**, mais de um mês inteiro de trabalho de volta no calendário.

Esses números não significam que advogados serão substituídos. Significam que escritórios que usarem IA para o trabalho operacional vão liberar seus advogados para o trabalho que realmente importa, e terão vantagem competitiva sobre os que não usarem.

O caso da eLaw no Brasil

A eLaw, legaltech brasileira que atende 200 das 500 maiores empresas do país, documentou um resultado significativo: o Carrefour usou IA generativa para automatizar o cadastro de processos trabalhistas, reduzindo tempo de cadastro e otimizando a alocação de recursos. Em uma iniciativa distinta, a empresa construiu oito agentes de IA dentro de uma solução de resolução online de disputas para clientes corporativos. São dois projetos diferentes, e vale não lê-los como um só.

O padrão é consistente: o volume de trabalho operacional foi separado do trabalho que exige julgamento jurídico.

O paradoxo do escritório moderno

O escritório de advocacia típico de pequeno e médio porte tem hoje mais ferramentas do que nunca: sistema de gestão de processos, e-mail integrado, assinatura digital, videochamada para audiências. E ao mesmo tempo, a maior parte do trabalho operacional ainda é manual.

Um advogado com 150 processos ativos gasta, em média, 2 a 4 horas por semana apenas triando, renomeando e organizando documentos que chegam pelo PJe, e-SAJ ou por e-mail. São de 8 a 16 horas por mês (o equivalente a 2 dias úteis inteiros) em trabalho sem valor jurídico.

O Brasil tem dezenas de milhões de processos em tramitação, e o próprio Judiciário está se automatizando: a pesquisa do CNJ sobre inteligência artificial no Judiciário contabilizou **178 projetos de IA em 2024**, dos quais 98 eram novos. O escritório privado que não se adaptar vai trabalhar mais para atender a um sistema que está ficando mais rápido.

Por que a maioria espera

Três razões explicam a resistência:

Sigilo. “Não posso jogar documentos de clientes num sistema de IA.” Esta é a objeção mais legítima, e a que tem solução técnica mais clara, desde que você saiba o que perguntar.

Confiança. “A IA vai errar e eu vou ser responsabilizado.” Correto se você usar IA sem processo. Incorreto se você usar IA como assistente com revisão humana estruturada.

Complexidade. “Não tenho equipe técnica para implementar isso.” Verdade se você tentar fazer sozinho. Falso se você tiver o parceiro certo.

Cada uma dessas razões tem resposta. Mas a resposta exige que você entenda o que a IA realmente é, e o que ela não é.

Capítulo 2: o que a IA realmente faz (e o que ela não faz)

Esta distinção é a mais importante do guia. Confundi-la é a raiz de 80% das frustrações com IA em ambientes profissionais.

O que a IA faz bem

Reconhecimento de padrões em volume. A IA lê e classifica centenas de documentos mais rapidamente do que qualquer assistente humano. Ela identifica padrões (tipo de documento, partes envolvidas, datas, temas recorrentes) com consistência que não varia com o cansaço.

Geração de rascunho estruturado. Com base em um briefing claro, a IA gera a estrutura de uma petição, resume uma jurisprudência ou redige o primeiro esboço de um contrato. Não com julgamento jurídico próprio: com o padrão que foi configurado.

Pesquisa e síntese de informação. A plataforma Jus IA, do Jusbrasil, já auxiliou a elaboração de **mais de 4 milhões de peças** e realizou **mais de 1,5 milhão de pesquisas**. Em testes comparativos, a ferramenta teve performance superior ao ChatGPT genérico em **70% dos casos de uso jurídico**. A diferença: treinamento específico em direito brasileiro.

Monitoramento contínuo. Um agente de IA pode monitorar publicações de diários oficiais, decisões de tribunais específicos ou alterações em legislação, e alertar o advogado quando algo relevante acontece. Sem precisar que ninguém lembre de checar.

O que a IA não faz

Julgamento jurídico. A IA não avalia a viabilidade estratégica de um argumento num contexto específico. Não sente o juiz, não avalia o histórico da vara, não antecipa a reação do cliente. Isso é trabalho do advogado.

Responsabilidade. Nenhuma IA assina uma petição. Nenhuma IA responde ao Conselho de Ética da OAB. A responsabilidade profissional permanece inteiramente com o advogado.

Criatividade jurídica. Teses inovadoras, analogias inesperadas, argumentos que criam precedente: é aí que o advogado é insubstituível e onde a IA, hoje, não compete.

Relacionamento com o cliente. A IA não constrói confiança, não lê o estado emocional do cliente, não negocia num corredor de tribunal.

A metáfora certa

Pense na IA como um assistente júnior muito rápido e muito consistente. Ele não toma decisão sozinho. Ele prepara o terreno para que você tome decisões melhores, mais rápido, com mais informação.

O erro mais comum é tratar a IA como um assistente sênior que decide, ou como um executor cego que faz tudo sem precisar de orientação. Nenhum dos dois modelos funciona.

Parte 2: as aplicações

Capítulo 3: as 5 aplicações de maior impacto para escritórios de advocacia

Não existe um único uso de IA que transforma um escritório. Existe uma sequência de aplicações, do mais simples ao mais sofisticado, que cumulativamente mudam a capacidade operacional do escritório sem comprometer a qualidade jurídica.

Aplicação 1: triagem e organização documental

O problema que resolve: documentos chegam por PJe, e-SAJ, e-mail, WhatsApp, cartório. Cada um com nome diferente, formato diferente, conteúdo que precisa ser classificado. Alguém precisa abrir, ler, nomear, mover para a pasta certa e registrar no sistema. Quando há volume alto, isso toma horas de

trabalho que poderia estar sendo feito em pesquisa ou atendimento.

Como a IA resolve: um sistema de automação documental lê o arquivo, identifica o tipo (decisão, petição, contrato, certidão), extrai os metadados relevantes (data, partes, número do processo, assunto) e organiza automaticamente. O advogado ou assistente faz a revisão do resultado: não o trabalho em si.

Resultado prático: plataformas de automação como o n8n já trazem modelos prontos para o departamento jurídico, cobrindo justamente esse tipo de triagem e roteamento de documentos. O ganho depende do seu volume e dos seus formatos, então este guia não carimba um percentual: quem promete redução fixa sem olhar a sua operação está vendendo, não medindo.

O caso LexFlow (plataforma de automação de fluxos jurídicos desenvolvida com IA) demonstra o padrão: a triagem de documentos que chegavam de múltiplas fontes e exigiam classificação manual foi automatizada, com o profissional jurídico validando o resultado ao invés de executar o processo.

O que você não recebe neste guia: a arquitetura específica da automação, a escolha do modelo de IA para seu tipo de documento, e a integração com o sistema de gestão do seu escritório. Isso depende do seu volume, dos seus formatos e do seu sistema atual. É o que mapeamos no diagnóstico.

Aplicação 2: pesquisa jurisprudencial assistida por IA

O problema que resolve: pesquisa de jurisprudência é essencial e cara em tempo. Encontrar as decisões certas, nos tribunais certos, com argumentos aplicáveis ao caso específico, pode levar horas. Com volume alto de processos, muitas vezes o advogado pesquisa menos do que deveria, não por desídia, mas por falta de tempo.

Como a IA resolve: um agente de pesquisa jurisprudencial recebe o tema e as particularidades do caso, varre as bases disponíveis (STJ, STF, TJs estaduais, JusBrasil), extrai as decisões mais relevantes e entrega um resumo estruturado com os argumentos centrais de cada uma. O advogado lê o resumo, seleciona o que é pertinente e usa na peça.

Resultado documentado: o escritório norte-americano Rupp Pfalzgraf, após integrar o Lexis+ AI, relatou que motions federais complexas passaram a ser concluídas em **um quarto do tempo original**. O escritório aumentou a capacidade de carga de casos por advogado em 10%, com 86% de taxa de adoção da ferramenta entre os advogados em 18 meses.

No Brasil, o Jus IA (Jusbrasil) registrou satisfação média de 89% entre usuários que realizam pesquisa jurisprudencial, e performance superior a IAs genéricas como o ChatGPT em 70% dos casos de uso. A diferença está no treinamento: a ferramenta foi construída sobre a base de dados jurisprudencial brasileira, não sobre a internet em geral.

Atenção ao risco da alucinação: este é o ponto mais importante desta seção. Modelos de IA generalistas podem “inventar” jurisprudência: citar decisões que não existem, com números de processo fabricados. Isso já causou consequências reais:

- Em fevereiro de 2025, a 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina **advertiu** um advogado que usou ChatGPT para redigir um habeas corpus com citações fictícias.
- No mesmo mês, em um caso **distinto**, a 6ª Câmara Civil do mesmo tribunal aplicou **multa por litigância de má-fé** e oficiou a OAB/SC. São duas decisões diferentes, e costumam aparecer misturadas como se fossem uma só.
- Em outubro de 2025, uma **Vara do Trabalho de Concórdia (SC)**, vinculada ao TRT-12, tratou uma petição inicial elaborada por IA sem verificação humana como ato processual inexistente. É decisão de primeira instância, não acórdão do tribunal.
- Na Austrália, um advogado foi multado por submeter documentos com citações de IA falsas ao tribunal.

Uma observação sobre quem pune, porque ela muda o seu risco: **a multa nesses casos vem do juiz, por litigância de má-fé, não da OAB**. A Ordem entra depois, quando o juízo oficia o conselho seccional. São dois riscos distintos e sucessivos, e circulam por aí números redondos de “advogados multados pela OAB” que não se sustentam quando se vai atrás do processo.

A solução não é evitar IA: é usar ferramentas configuradas para pesquisa jurídica com base de dados verificada, ou implementar um protocolo de validação obrigatória antes de qualquer citação em peça. O Capítulo 5 aborda isso em detalhe.

Aplicação 3: assistência na elaboração e revisão de peças

O problema que resolve: petições, contratos, recursos, pareceres: a estrutura básica de muitas peças é previsível. O advogado sabe o que precisa dizer, mas o tempo de redigir a estrutura padrão antes de chegar ao argumento específico é significativo. Multiplicado por volume, é onde a produtividade sangra.

Como a IA resolve: existem duas aplicações distintas aqui.

Skills de elaboração: o advogado fornece os elementos do caso (partes, pedido, fundamentos) e a IA gera o rascunho estruturado da peça conforme os padrões do escritório. O advogado revisa, ajusta o argumento jurídico e finaliza. A IA gerou a estrutura; o advogado fez a advocacia.

Skills de revisão: o advogado escreve a peça e a IA revisa consistência interna, verifica se todos os pedidos estão fundamentados, identifica argumentos contraditórios e sugere pontos de reforço. É um segundo par de olhos que nunca cansa.

Resultado documentado: a Thomson Reuters documenta casos de escritórios que usaram automação assistida por IA em litigância de alto volume e passaram a dar conta de um volume maior de casos com a mesma equipe. Os números exatos variam por escritório e por tipo de peça, e este guia não reproduz cifras que não consiga rastrear até o estudo de origem.

O que você não recebe neste guia: como configurar o skill específico para os tipos de peça do seu escritório, com os parâmetros certos e os exemplos de treinamento adequados. Isso é personalização: não tem atalho genérico.

Aplicação 4: agentes de IA para workflows jurídicos

Esta é a aplicação mais sofisticada desta lista, e a que tem maior potencial de transformação a médio prazo.

O que é um agente de IA: diferente de uma ferramenta que responde a um comando, um agente executa uma sequência de tarefas autonomamente, toma micro-decisões dentro de regras predefinidas e entrega um resultado consolidado. Ele não espera você perguntar; ele age quando a condição é atendida.

Exemplos práticos para advocacia:

Agente de monitoramento de prazo: integrado ao sistema de gestão, monitora as datas dos processos ativos, calcula os prazos com antecedência configurável, e envia alerta ao advogado responsável e ao assistente. Nenhum prazo passa sem que alguém tenha sido avisado antes.

Agente de acompanhamento de publicações: monitora os diários oficiais e as plataformas de tribunal, identifica publicações que mencionam os processos do escritório, e entrega um resumo diário com as movimentações relevantes. O advogado que hoje passa 30 minutos por dia conferindo publicações passa a receber um briefing de 5 minutos.

Agente de triagem de demanda nova: quando um potencial cliente entra em contato (por formulário, e-mail ou WhatsApp), o agente coleta as informações básicas do caso, classifica a área do direito, verifica se está dentro das especialidades do escritório e agenda a conversa inicial. O sócio só entra quando o caso já foi pré-qualificado.

Tecnologias disponíveis hoje: plataformas como o n8n já oferecem templates prontos para workflows jurídicos, incluindo o “Comprehensive Legal Department Automation”, que inclui agentes especializados em contratos, compliance, privacidade e trabalhista integrados num único pipeline. Não é projeto futuro: é tecnologia disponível e implementável por escritórios de pequeno e médio porte.

O ponto estratégico: agentes não são configurados uma vez e esquecidos. Precisam de ajuste contínuo, monitoramento e manutenção. A decisão de implementar agentes é uma decisão de infraestrutura, não de ferramenta pontual.

Aplicação 5: compliance e monitoramento regulatório

Para escritórios que atuam em áreas com alta carga regulatória (tributário, ambiental, trabalhista, regulatório) o monitoramento de alterações em legislação, normas e jurisprudência é trabalho permanente e crítico.

Como a IA resolve: agentes de monitoramento podem rastrear publicações do Diário Oficial da União, de órgãos reguladores específicos como BACEN, ANEEL, ANS, ANATEL, ou de qualquer fonte com feed estruturado. Quando uma alteração relevante é identificada, o sistema entrega um resumo e um alerta, e o advogado decide a ação.

O Monitor BACEN, solução de monitoramento regulatório desenvolvida para o setor financeiro, aplica esse princípio: publicações do Banco Central são rastreadas, classificadas e resumidas automaticamente, com o profissional recebendo apenas o que é relevante para sua área de atuação, sem a necessidade de varrer manualmente centenas de páginas de normativas.

O valor estratégico: escritórios que avisam clientes sobre mudanças regulatórias antes que eles percebam o impacto se posicionam como parceiros proativos, não apenas como prestadores de serviço reativos. É diferenciação competitiva com custo operacional baixo.

Parte 3: o que vem antes

Capítulo 4: o problema que vem antes da IA

Este é o capítulo mais importante do guia. E o mais ignorado.

A maioria dos escritórios que tenta adotar IA e falha não falha por causa da tecnologia. Falha porque tenta automatizar algo que não existe de forma estruturada.

IA não cria processo. Ela executa processo.

Se a triagem documental do seu escritório funciona de forma diferente dependendo de quem está fazendo (se cada assistente tem seu critério de nomenclatura, sua lógica de pasta, sua forma de registrar no sistema), a IA vai automatizar o caos, não a eficiência.

A lição da ByTheLaw + Sérvulo & Associados

A startup portuguesa ByTheLaw passou **8 meses imersa dentro do escritório Sérvulo & Associados** antes de construir qualquer sistema. O que encontraram foi revelador: o maior gargalo não era falta de tecnologia: era a desorganização de informação. Informação jurídica fragmentada em e-mails, pastas compartilhadas, sistemas díspares, e principalmente na cabeça dos sócios.

A solução que desenvolveram (o primeiro sistema autônomo de gestão de conhecimento jurídico com IA em Portugal) só foi possível depois de entender o fluxo real de trabalho. Não o fluxo que estava no organograma: o fluxo que acontecia na prática.

Esse é o padrão que se repete em todas as implementações de sucesso: quem mapeia o processo antes de escolher a ferramenta chega a um resultado melhor, mais rápido e com menos desperdício.

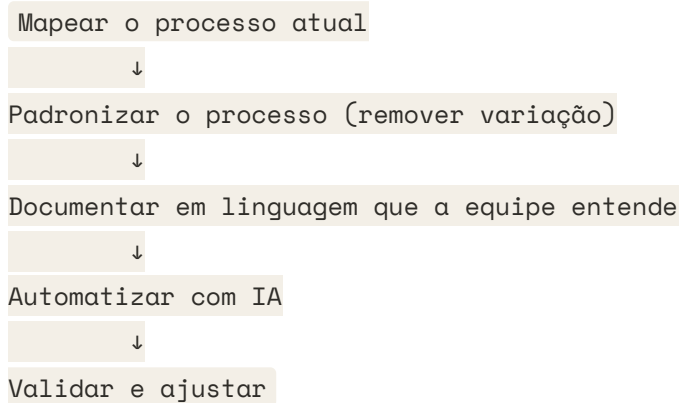
O que precisa existir antes de qualquer automação

1. Clareza sobre o que é feito. Para cada tarefa que você quer automatizar, precisa existir uma descrição clara do que entra, o que é feito e o que sai. Não na cabeça do sócio sênior: documentado, de forma que qualquer pessoa possa seguir.

2. Consistência na execução. Se hoje três pessoas fazem a mesma tarefa de três formas diferentes, a IA vai precisar de três configurações diferentes, ou vai produzir resultados inconsistentes. Antes de automatizar, o processo precisa estar padronizado.

3. Critério de qualidade. Como você sabe que a IA fez certo? Precisa existir um critério de aceitação: o que é um resultado bom e o que é um resultado que precisa de revisão humana. Sem critério, a revisão humana vira revisão de tudo, e o ganho de tempo desaparece.

A sequência certa



Escritórios que pulam os três primeiros passos e vão direto para a automação gastam mais, demoram mais e ficam desapontados com o resultado.

Uma pesquisa da Thomson Reuters aponta que organizações com **estratégia de IA definida** são muito mais propensas a crescer em receita do que as que adotam IA sem estratégia. Não é a ferramenta que faz a diferença: é o método que precede a ferramenta.

Isso explica por que a escolha da ferramenta é a última decisão a ser tomada: não a primeira. O ChatGPT, o Claude, o Gemini, um modelo local que você hospeda no servidor do escritório, todos são adequados para diferentes usos. Qual usar depende do seu processo, do seu tipo de documento, do seu nível de sensibilidade de dados. Não existe resposta universal.

Parte 4: o ambiente seguro

Capítulo 5: compliance, e como usar IA sem violar sigilo e ética profissional

Esta é a barreira mais citada, e a que tem a solução mais técnica. Mas a solução existe.

O que diz a OAB

Em novembro de 2024, a OAB publicou a **Recomendação n. 001/2024**, a primeira normativa brasileira específica sobre uso de IA na prática jurídica. Ela estabelece quatro diretrizes:

1. **Legislação aplicável:** o advogado deve conhecer e respeitar as leis que regulam o uso de IA no Brasil
2. **Confidencialidade e privacidade:** dados de clientes devem ser protegidos em qualquer sistema de IA utilizado
3. **Prática jurídica ética:** o uso de IA deve respeitar o Código de Ética e Disciplina da OAB
4. **Comunicação sobre o uso de IA:** transparência com clientes sobre o uso de ferramentas automatizadas

A Recomendação não tem força de norma disciplinar, mas é o balizador que fundamenta decisões do Conselho de Ética quando surgem questionamentos. Ignorá-la é risco calculado.

O CNJ complementou com a **Resolução n. 615/2025** (de março de 2025, alterada pela Resolução n. 674/2026), que estabelece diretrizes para uso de IA nos tribunais. Para escritórios privados, ainda não existe norma específica, o que significa que a responsabilidade de estabelecer uma política interna de uso de IA é do próprio escritório.

Nos EUA: o precedente que define o padrão

Em julho de 2024, a American Bar Association publicou a **Formal Opinion 512**, a primeira estrutura de ética para IA generativa na prática jurídica americana. A determinação mais relevante: **ignorar como uma ferramenta de IA “alucina” é agora considerado violação ética**.

O advogado que usa IA sem entender seus limites técnicos não pode alegar ignorância. A competência profissional passou a incluir compreensão suficiente das ferramentas utilizadas. É razoável esperar que o mesmo padrão seja adotado no Brasil conforme os casos disciplinares se acumulam.

O que diz a LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) classifica dados de pessoas físicas como dados pessoais, e documentos jurídicos frequentemente contêm dados pessoais de clientes, de partes contrárias, de testemunhas.

O escritório que usa IA para processar dados de clientes atua como **controlador** (LGPD, art. 5, VI). O envio de dados a servidores nos EUA constitui **transferência internacional de dados** (art. 33), que exige base legal específica.

A violação pode gerar tríplice responsabilidade: multa pela LGPD + processo disciplinar pelo Estatuto da OAB + crime de violação de sigilo profissional. Não é exagero: é o que os instrumentos legais vigentes permitem.

Ponto crítico: ferramentas gratuitas de IA frequentemente utilizam as conversas dos usuários para treinar seus modelos. Um advogado que cola o texto de uma petição com dados de cliente no ChatGPT em conta pessoal está, potencialmente, cedendo dados sigilosos para treinamento de um sistema comercial. A versão enterprise dessas ferramentas (com contrato de não uso para treinamento) tem custo, mas tem também a garantia contratual que a versão gratuita não oferece.

As três arquiteturas de segurança

Arquitetura 1, nuvem com anonimização: os documentos são anonimizados antes de serem enviados para o modelo de IA (substituição de nomes, CPFs, endereços por marcadores genéricos). O modelo processa o documento anonimizado e devolve o resultado. A re-identificação é feita localmente. Adequada para triagem e classificação de documentos.

Arquitetura 2, modelo local (on-premise): o modelo de IA roda num servidor dentro do escritório ou numa nuvem privada contratada pelo escritório. Nenhum dado sai para APIs externas. Adequada para documentos altamente sensíveis onde qualquer envio externo é inaceitável.

Arquitetura 3, API com contrato de dados: o escritório usa uma API de IA que inclui contrato explícito de não uso dos dados para treinamento e de conformidade com LGPD. OpenAI, Anthropic, Google e outros oferecem modalidades enterprise com essas garantias contratuais. Adequada para casos onde a sensibilidade é moderada e o custo de modelo local é proibitivo.

A política de uso de IA no escritório

Independentemente da arquitetura escolhida, todo escritório que adotar IA precisa de uma política interna que responda:

- Quais dados podem ser enviados para qual tipo de sistema?
- Quem tem autorização para usar qual ferramenta?
- Como documentar o uso de IA na produção de uma peça processual?
- Qual é o protocolo de revisão humana antes de qualquer saída para o cliente ou para o tribunal?
- Como o escritório responde a um cliente que perguntar se IA foi usada no seu caso?

Essa política não é burocracia. É proteção: do cliente, do escritório e do advogado.

O caso do TRT-12 que extinguiu um processo por considerar a petição “ato processual inexistente” tem uma lição clara: o problema não foi a IA ter participado da redação. O problema foi a ausência de revisão humana estruturada. Com uma política de revisão obrigatória, o resultado seria diferente.

Capítulo 6: ferramentas disponíveis no Brasil hoje

Este capítulo é prático. Existem ferramentas específicas para o mercado jurídico brasileiro, desenvolvidas com treinamento em direito nacional, que são mais seguras e precisas do que usar IA genérica para tarefas jurídicas.

Para pesquisa jurisprudencial

Jus IA (Jusbrasil): cobertura do STF, STJ, TRFs e TJs estaduais com atualização diária. Mais de 4 milhões de peças auxiliadas, 1,5 milhão de pesquisas realizadas. Satisfação média de 89%. Em comparação com IAs genéricas, teve performance superior em 70% dos casos de uso jurídico. A base de dados é indexada, o que reduz drasticamente o risco de alucinação por jurisprudência inexistente.

Jurídico AI: modelo treinado especificamente em direito brasileiro. Cobre STF, STJ, TJSP e outros tribunais. Inclui elaboração de peças e revisão de contratos.

CogniJus: especialista em STF e STJ. Busca semântica que encontra decisões pela intenção, não apenas por palavra-chave.

Prev (Previdenciaria): para escritórios de previdenciário. Cobre TRF1 a TRF6, STJ, STF e TNU. Reorganiza resultados por relevância para o nicho.

Para elaboração e revisão de peças

ChatADV: assistente jurídico organizado por área, com pastas por cliente. O fornecedor não divulga qual modelo está por trás, e o conjunto de funções muda com frequência: confirme no site antes de decidir.

Themis IA: modelo próprio, com redação de petições, análise de processos e pesquisa jurídica, posicionado no acesso amplo à ferramenta. Não confundir com o Themis da Aurum, citado adiante: são produtos diferentes, de empresas diferentes, com o mesmo nome.

Jurídico Ágil: biblioteca de agentes especializados por área do direito, de acesso gratuito, que vem crescendo rápido (hoje passa de uma centena). Ponto de partida para explorar antes de investir em ferramentas pagas.

Para gestão de processos e automação

Astrea: plataforma de gestão jurídica com monitoramento automático de andamentos, voltada a escritórios de pequeno porte e autônomos. É um produto da Aurum.

Aurum: casa de software jurídico em atividade desde 1993, com gestão de processos, automação e integração com tribunais. Ela é dona de dois produtos de portes diferentes: o Astrea, acima, e o Themis, para bancas grandes. Cuidado ao pesquisar, porque existe outro produto de nome parecido no mercado, sem relação com este.

eLaw: voltado para departamentos jurídicos corporativos e escritórios de grande porte. Usado pelas 200 maiores empresas do Brasil.

Por onde começar

Para um escritório de pequeno/médio porte que ainda não usa nenhuma IA jurídica: comece com **Jus IA** para pesquisa jurisprudencial. É a ferramenta com maior base de dados jurídica nacional, a mais documentada em resultados, e tem o menor risco de alucinação por trabalhar sobre base verificada.

Depois de adotar pesquisa jurisprudencial assistida, avalie elaboração de peças. Depois, automação de triagem documental. A sequência importa: cada passo prepara a equipe para o seguinte.

Parte 5: o caminho

Capítulo 7: o mapa de implementação, e por onde começar

Se você chegou até aqui, já tem clareza suficiente para não repetir os erros mais comuns. Agora vem a questão prática: como começar?

A resposta honesta é: depende do seu escritório. Do seu volume, do seu tipo de caso, do seu sistema atual, da sua equipe, do seu orçamento.

O que este guia pode oferecer é o mapa geral. A rota específica é o que se define num diagnóstico.

Os 3 primeiros passos para qualquer escritório

Passo 1. Mapear onde o tempo vai.

Antes de qualquer tecnologia, você precisa saber onde sua equipe gasta tempo que poderia ser automatizado. Peça para cada membro da equipe registrar, por uma semana, quanto tempo gasta em cada tipo de tarefa. Triagem de documento. Pesquisa de jurisprudência. Elaboração de peça padrão. Alimentação de sistema. Acompanhamento de publicação.

Os resultados vão surpreender. Na maioria dos escritórios, 30 a 40% do tempo é gasto em trabalho sem valor jurídico: trabalho que não exige formação de advogado mas que advogados fazem por falta de alternativa.

Passo 2. Escolher um processo para piloto.

Não tente automatizar tudo de uma vez. Escolha o processo que concentra mais tempo, tem mais variação de qualidade e tem critério de resultado mais claro. Geralmente é triagem documental ou pesquisa de jurisprudência.

Implemente a solução nesse único processo. Meça o resultado em 30 dias. Ajuste. Só então expanda.

Passo 3. Estabelecer o protocolo de compliance antes de ligar qualquer ferramenta.

Antes de usar qualquer IA com dados de cliente, defina: qual arquitetura, quem autoriza, como é revisado. Não é uma semana de trabalho: é uma tarde com a pessoa certa. Mas precisa acontecer antes do primeiro uso, não depois do primeiro problema.

O que o mercado mostra

Entre escritórios americanos de pequeno porte, a adoção de IA **quase dobrou em dois anos**: de 27% em 2023 para 53% em 2025 (Smokeball, 2025). O escritório que estava no grupo dos 27% já tem 2 anos de aprendizado. O que está entrando agora tem tecnologia mais madura, mas começa sem esse histórico.

A Thomson Reuters projeta que advogados economizarão até **12 horas por semana** até 2029 com o uso de IA, o equivalente a 1,5 dia de trabalho de volta toda semana.

A pergunta não é se vale implementar. A pergunta é quando você quer entrar, e em que posição.

O que não fazer

Não comece pela ferramenta. “Qual IA devo usar?” é a pergunta errada. A certa é “qual processo quero melhorar?” A ferramenta é consequência.

Não tente implementar sozinho se não tiver o perfil técnico. A maioria dos advogados não tem, e não precisa ter. O escritório que tenta implementar IA sem suporte técnico gasta 3x mais tempo e chega a um resultado pior do que o escritório que busca o parceiro certo desde o início.

Não abandone o piloto antes de 30 dias. Toda implementação tem uma curva de ajuste. Os primeiros resultados raramente são os melhores. O escritório que abandona na segunda semana perde o que seria o ganho da quarta semana.

Não use ferramentas gratuitas com dados de cliente sem verificar a política de dados. A conta gratuita do ChatGPT pode usar suas conversas para treinamento. A versão enterprise tem contrato explícito de não uso. A diferença não é só de funcionalidade: é de risco regulatório.

Capítulo 8: perguntas que todo sócio deveria fazer antes de contratar qualquer solução de IA

Se você está avaliando fornecedores de IA ou consultores para implementação no seu escritório, estas perguntas filtram os sérios dos que estão apenas surfando a onda.

Sobre os dados: - Os dados do meu cliente saem do meu ambiente? Para onde? - Você tem contrato de processamento de dados (DPA) em conformidade com a LGPD? - Como funciona a política de não uso dos meus dados para treinamento do modelo? - Qual é a arquitetura: nuvem pública, nuvem privada ou modelo local?

Sobre o processo: - Você começa pela ferramenta ou pelo mapeamento do meu processo atual? - Quantas horas de envolvimento da minha equipe serão necessárias? - O que fica documentado ao final, para que eu não dependa de você para sempre? - Você já implementou em escritório de advocacia? Qual foi o resultado medido?

Sobre os resultados: - Qual é o critério de sucesso que vamos medir? - Em quanto tempo devo ver resultado mensurável? - O que acontece se o resultado não aparecer?

Sobre suporte: - Quando a IA errar (e vai errar), qual é o processo de correção? - Quem é responsável por ajustes após a implementação? - O que você entrega que eu não consigo fazer sozinho?

A resposta a essas perguntas diz mais sobre o fornecedor do que qualquer apresentação comercial.

Conclusão

O que este guia não entregou (e por quê)

Você percebeu que este guia mostra o quê e o porquê, mas é deliberadamente vago sobre o como específico para o seu escritório.

Não é omissão. É método.

A implementação de IA num escritório de advocacia não tem receita universal. Depende do seu volume de processos, do seu mix de áreas, dos sistemas que você já usa, da composição da sua equipe, do seu orçamento e do seu apetite a risco tecnológico. Uma solução desenhada para um escritório tributário de 20 advogados é diferente de uma solução para um escritório de família com 3 sócios.

O que este guia fez foi dar a você as perguntas certas, os critérios de avaliação e o mapa do terreno. Com isso, você consegue:

- Identificar onde no seu escritório a IA tem impacto real
- Evitar os erros mais caros de implementação (e os casos disciplinares que já aconteceram)
- Fazer as perguntas certas para qualquer fornecedor
- Entrar numa conversa de diagnóstico sabendo o que quer entender

O próximo passo

Se você quer sair do mapa e entrar na rota específica do seu escritório, o próximo passo é um diagnóstico de 30 minutos.

Nessa conversa, mapeamos: - Onde seu escritório gasta mais tempo em trabalho operacional - Quais processos têm o perfil certo para automação com IA - Qual arquitetura de dados faz sentido para o seu nível de sensibilidade - O que é viável no seu contexto específico, e o que ainda não é

O diagnóstico é gratuito. E se não houver aplicação real para o que você precisa, dizemos isso antes de propor qualquer coisa.

Agendar diagnóstico:

WhatsApp: <https://wa.me/5548992056040>

Site: <https://inteligenciaparacrescer.com/diagnosticoIA>

Sobre o autor

Vilmar Bressan é consultor em IA aplicada e gestão de processos, com mais de 20 anos de experiência em finanças corporativas, governança, riscos e compliance no setor de energia elétrica. Passou por tesouraria, implantação de ERP, reestruturação de áreas financeiras e atuação em conselhos fiscais.

Hoje atua como parceiro de empresários e gestores que precisam organizar o que está na cabeça antes de automatizar o que está no processo, e conectar IA de forma que funcione no dia a dia, não só na apresentação.

Entre as soluções entregues: LexFlow (plataforma de automação de fluxos jurídicos com IA), Monitor BACEN (monitoramento regulatório automatizado), e consultoria de processos para PMEs de serviços.

LinkedIn: [linkedin.com/in/vilmarbressan](https://www.linkedin.com/in/vilmarbressan)

Site: inteligenciaparacrescer.com

Glossário rápido

Agente de IA: sistema de IA que executa sequências de tarefas de forma autônoma, dentro de regras predefinidas, sem precisar de comando manual para cada etapa.

Alucinação: fenômeno em que modelos de IA geram informação incorreta com aparência de correta. Em contexto jurídico, pode se manifestar como citação de jurisprudência inexistente, com número de processo e ementa fabricados.

API: interface que permite que um sistema acesse os serviços de outro. Quando você usa uma IA via API, seus dados trafegam para o servidor do fornecedor.

DPA (Data Processing Agreement): contrato de processamento de dados que especifica como um fornecedor trata os dados que recebe. Essencial para uso de IA com dados de cliente em conformidade com a LGPD.

Modelo local (on-premise): modelo de IA que roda em infraestrutura própria ou privada, sem envio de dados para servidores externos.

RAG (Retrieval-Augmented Generation): técnica que conecta um modelo de IA a uma base de dados específica (como a jurisprudência do seu tribunal de interesse), tornando as respostas mais precisas e verificáveis. É o que diferencia ferramentas como Jus IA de um ChatGPT genérico para uso jurídico.

SOP (Standard Operating Procedure): documento que descreve como uma tarefa deve ser executada, passo a passo, de forma que qualquer pessoa treinada possa reproduzir o resultado com consistência.

Skill de IA: configuração personalizada de um modelo de IA para uma tarefa específica, como elaboração de petição inicial no padrão do escritório, ou revisão de contrato por tipo de cláusula.

Referências e fontes

Normativa e regulação (Brasil)

- OAB, Recomendação n. 001/2024: Uso de inteligência artificial generativa na prática jurídica. Novembro de 2024. Disponível em: oab.org.br/noticia/62704

- CNJ, Resolução n. 615/2025: Diretrizes para uso de IA no Poder Judiciário. Março de 2025, **com as alterações da Resolução CNJ n. 674/2026**, de março de 2026. Disponível em: atos.cnj.jus.br
- OAB, Código de Ética e Disciplina, Resolução n. 02/2015. Disponível em: oab.org.br
- OAB, Provimento n. 205/2021: publicidade e informação na advocacia. É a norma que rege o que um escritório pode e não pode divulgar. Disponível em: oab.org.br
- Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: planalto.gov.br

Normativa internacional

- ABA, Formal Opinion 512: Generative Artificial Intelligence Tools. Julho de 2024. Disponível em: americanbar.org

Pesquisas de mercado e adoção

- Preâmbulo Tech / Migalhas, Pesquisa com 40+ escritórios e departamentos jurídicos brasileiros sobre uso de IA, publicada em março de 2026. Disponível em: migalhas.com.br/amp/quentes/452429
- OAB-SP, Trybe, Jusbrasil e ITS Rio, Pesquisa de uso de IA generativa entre advogados brasileiros, 1.500 respondentes (55,1% de adoção). Divulgada em fevereiro de 2025.
- Análise Advocacia 2026, Adoção de IA entre 723 escritórios da lista “Mais Admirados” (47%). Amostra de elite, não representativa do mercado geral.
- Smokeball, 2025 State of Law Report: AI adoption in small law firms (27% → 53%). Disponível em: lawnext.com
- CNJ, Pesquisa sobre inteligência artificial no Poder Judiciário: 178 projetos em 2024, 98 deles novos. Disponível em: cnj.jus.br

Cases e estudos de produtividade

- LexisNexis, AI Case Studies: Rupp Pfalzgraf (motions em ¼ do tempo, +10% capacidade), 2024. Disponível em: legal.lexisnexis.com/AI-Case-Studies
- Everlaw, Lawyers Report Saving Up to 32.5 Working Days Per Year with Generative AI. Campo em abril e maio de 2025, publicado em julho de 2025. Disponível em: everlaw.com/blog/ai-and-law
- Thomson Reuters, Future of Professionals Report, 2024: estimativa de 12 horas semanais liberadas por profissional até 2029. Disponível em: thomsonreuters.com
- Thomson Reuters, Generative AI in Professional Services, 2025: 95% dos profissionais jurídicos em sentido amplo esperam que a IA se torne central em cinco anos. Entre escritórios de advocacia especificamente, o índice relatado é de 78%. Disponível em: lawnext.com
- eLaw, Carrefour: automação de cadastro de processos trabalhistas com IA, fevereiro 2025. Disponível em: elaw.com.br
- ECO / Sapo, ByTheLaw + Sérvulo & Associados: 8 meses de imersão antes de construir solução de IA, novembro 2025. Disponível em: eco.sapo.pt

Ferramentas jurídicas brasileiras

- Jus IA (Jusbrasil), 4M+ peças auxiliadas, 1,5M pesquisas, satisfação 89%. Disponível em: ia.jusbrasil.com.br
- Jurídico AI, Ferramenta treinada em direito brasileiro. Disponível em: juridico.ai
- ChatADV, Assistente jurídico brasileiro. Disponível em: chatadv.com.br
- CogniJus, Buscador de jurisprudência STF/STJ. Disponível em: cognijus.com/buscador
- eLaw, Plataforma para departamentos jurídicos corporativos. Disponível em: elaw.com.br

Casos de uso indevido e consequências

- TJSC, 5ª Câmara Criminal, Advertência a advogado por habeas corpus com citações fictícias geradas por IA. Fevereiro de 2025.
- TJSC, 6ª Câmara Civil, Multa por litigância de má-fé e ofício à OAB/SC, em caso distinto do anterior. Fevereiro de 2025.
- Vara do Trabalho de Concórdia (SC), vinculada ao TRT-12, Petição elaborada com IA sem revisão humana tratada como ato processual inexistente. Outubro de 2025. Decisão de primeira instância.
- **AI Hallucination Cases Database**, mantida por **Damien Charlotin** (HEC Paris). É um contador vivo, que passava de 2.000 casos em setembro de 2026. Confira o número atual antes de citá-lo. Disponível em, damiencharlotin.com/hallucinations